

Vila dos Cegos concentra aproximadamente 60 moradores com deficiência visual. Local foi criado em 2006, a partir da distribuição, pelo Governo do Distrito Federal, de lotes para pessoas com essa limitação e sem casa própria, mas carece de muitas melhorias

Cidadania às escuras

» LEILANE MENEZES

Quando a estudante Aline Rodrigues de Jesus, 20 anos, deficiente visual, precisa sair de casa, no Riacho Fundo II, tem de apelar para a ajuda da filha Ana Luíza, de 4 anos. É a menina quem guia a mãe pela rua, para desviá-la de buracos, animais e carros nas vias da QN 16, conhecida popularmente como Vila dos Cegos. Nessa quadra, há poucas calçadas e as que existem não oferecem segurança a quem não enxerga.

Além de Aline, pelo menos, outros 60 portadores de necessidades especiais relacionadas à visão vivem na mesma quadra. Em 2006, o Governo do Distrito Federal distribuiu 66 lotes nesse espaço para os cegos sem casa própria (**leia o que diz a lei**). A acessibilidade, no entanto, até hoje não chegou. Na tentativa de se locomover, os que contam com algum poder de visão auxiliam aqueles que perderam totalmente esse sentido. Mas a maioria vê apenas o breu quando abre os olhos.

Nessa cidade, os casais, geralmente, são compostos por cegos. É o caso de Elisângela e Wallace Gonçalves, 53 anos, moradores do Riacho Fundo II há três anos. Ambos trabalham fora de casa e enfrentam dificuldades para se locomover da residência até a parada de ônibus ou o mercado. “O chão é todo esburacado. Já cansei de cair e me machucar por aqui. Como não há calçadas, andamos no meio da rua, desviando dos carros. É um sufoco”, relata Wallace.

O casal mora perto de uma via de alta circulação de carros, que passa em frente ao Riacho Fundo e vai para Recanto das Emas e Samambaia. Nesse ponto, Wallace desce do ônibus todos os dias, quando precisa ir ao mercado ou ao médico, por exemplo. “Sem o piso tátil, que define o caminho pelo qual o cego deve andar, é impossível saber, por exemplo, onde há faixa de pedestres. A gente se arrisca muito, diariamente, para

Carlos Silva/CB/D.A. Press



Grupo de portadores de necessidades especiais da visão encontra dificuldades no dia a dia: além da falta de pisos táteis, o chão, em geral, é desnivelado e não raramente provoca quedas

atravessar a BR. Nós ficamos sem proteção”, reclama.

Entre os problemas gerados pela falta de pavimentação, um dos mais apontados pela comunidade é o de não poder circular sem acompanhante. “Se saímos sem ninguém para nos apoiar, caímos. Tem muito mato, pedra solta. É difícil ter de contar sempre com a solidariedade alheia”, completa Wallace. Uma das pessoas que sempre ajuda os deficientes é o pedreiro José Ribeiro, 46 anos. “Já cansei de ver gente jogada no chão. Vira e mexe alguém se machuca feio”, relata José.



Já cansei de ver gente jogada no chão. Vira e mexe alguém se machuca feio”

José Ribeiro, morador da cidade

Soluções estão a caminho

De acordo com um levantamento da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Sejus), a QN 16 possui a maior concentração de deficientes visuais em uma só quadra, no DF. O estudo foi usado para a concepção do programa Caminho Fácil, da Comissão Permanente de Acessibilidade (CPA) do GDF, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma).

O trabalho apresentado em abril prevê rotas acessíveis em áreas urbanas. A QN 16 será a primeira quadra beneficiada. A expectativa da comissão é de que o projeto comece a ser executado ainda este ano, com as verbas próprias destinadas às obras de acessibilidade do governo.

A secretaria estuda a implantação do programa em todas as cidades do Distrito Federal, tendo como prioridade as áreas com maior concentração de lotes destinados às pessoas com deficiência. De acordo com dados da Sejus, as cidades listadas são Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Taguatinga e Santa Maria. A CPA pretende ainda construir uma praça sensorial, com mesas de jogos adaptados para os deficientes visuais e passeios para cadeiras de rodas, no Riacho Fundo II (**veja maquete**).

Seduma/Divulgação



Maquete de uma pracinha com as adaptações necessárias a deficientes

» **Para saber mais**

Sinalização necessária

Para facilitar a locomoção de pessoas portadoras de deficiência visual, é preciso instalar a sinalização no piso, que pode ser do tipo de alerta ou direcional. Ambos devem ter cor diferente do restante da pavimentação. O piso tátil de alerta deve ser instalado em áreas de rebaixamento de calçada, travessia elevada, canteiro divisor de pistas ou obstáculos suspensos. O piso direcional é instalado formando uma faixa que

acompanha o sentido do deslocamento com largura variando entre 25cm a 60cm. Em locais onde há esse recurso, uma faixa de borracha, geralmente preta, indica o caminho a ser seguido. Se aparecem bolinhas no chão, elas podem ser sentidas com a bengala e são um sinal de que há obstáculos ou bifurcações, por exemplo. Na Biblioteca Digital da Universidade de Brasília, esse equipamento já está instalado. Nas estações do metrô de Ceilândia e da 108 Sul, também. A expectativa é que, como previsto em lei, até 2010 todos os prédios públicos estejam adaptados.

Cadastro

Prazo vai só até amanhã

Os portadores de necessidades especiais têm até amanhã para se cadastrar na Secretaria de Justiça e se candidatar a receber um terreno.

A distribuição dos lotes obedecerá aos critérios do governo – além de ser portador de alguma deficiência física, o candidato deve residir no DF há mais de cinco anos e não possuir imóvel na cidade, além de precisar comprovar renda familiar de até 12 salários mínimos. Informações: 3905-7143.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

A EUREXPRESS TRAVEL VIAGENS E TURISMO, diante da perplexidade em função de informações incorretas e inverídicas, publicadas em reportagem do jornal CORREIO BRAZILIENSE da última segunda-feira, 27, intitulada “AS AGÊNCIAS DA ESPLANADA”, em respeito aos órgãos públicos para os quais presta serviços e demais clientes, bem como em respeito ao princípio do contraditório, julga necessários os seguintes esclarecimentos:

1 - que todos os contratos assinados entre a EUREXPRESS e os diversos órgãos públicos, cujo objeto é o fornecimento de passagens aéreas, foram assinados após a realização de processo licitatório, respeitadas todas as regras estabelecidas pela legislação pertinente e respeitados todos os princípios que regem a licitação no âmbito da administração pública e como forma de vencer a forte concorrência com empresas de outros estados, tem investido fortemente em tecnologia e qualidade de atendimento. Um exemplo disso é a ferramenta de trabalho denominada “Reserve”, que, por ser operada pelos próprios servidores, permite aos órgãos públicos reduzir substancialmente seus gastos, ao garantir sempre as melhores tarifas junto às companhias aéreas e hotéis de todo o país. Esse sistema já é utilizado hoje por todos os órgãos públicos com os quais a EUREXPRESS mantém contrato.

2 - as apurações a que se refere a jornalista decorrem de uma denúncia infundada do presidente do Sindetur, pressionado por algumas agências de viagens que pretendem ganhar licitações sem a concessão dos descontos nos níveis praticados no mercado de Brasília e sem disposição de investirem em tecnologia.

3 - quanto à informação de que as agências de viagens já “embolsaram” 54 milhões este ano, vale esclarecer que as agências de viagens repassam os valores das passagens recebidos dos órgãos públicos às companhias aéreas, tendo como receita apenas um percentual e não a totalidade, como equivocadamente deixa parecer a jornalista.

Para finalizar, lamentamos que a denúncia tenha partido do próprio Sindicato das Empresas de Turismo do DF que, ignorando a sua função, busca os holofotes da imprensa com uma denúncia natimorta, baseada em dados absolutamente infundados e sem qualquer apuração interna, como restará demonstrado.

Brasília-DF, 30 de julho de 2009
A Diretoria

Informe Publicitário